

PARECER Nº 002/2025

ASSUNTO: Projeto de Lei que trata da “Inclusão do símbolo mundial de conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e da Síndrome de Down(SD), nos uniformes dos estudantes matriculados na rede municipal de Balneário Camboriú

INTERESSADO: Vereador Alessandro Teco

RELATORAS: Mary Léa Rodrigues Blini, Simone Hermes dos Santos Almeida, Suelen Mateus Albini da Silva.

I - RELATÓRIO

Foi submetido a este conselho este projeto de lei com a seguinte justificativa, colocar em prática a execução de políticas públicas visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas tem sido um desafio para os órgãos governamentais. Este desafio se reveste na inclusão social e no exercício pleno da cidadania para todos, e não é diferente para as pessoas com deficiência, mesmo possuindo dispositivos legais que as ampare, como prescreve o art. 1º da Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

“Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.”

Neste compasso, também estão incluídas as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme preconiza a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista em seu art. 1º, § 2º:

“Art. 1º

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. ”

De igual forma, as pessoas com Síndrome de Down (SD) também estão incluídas neste rol para todos os efeitos legais como pessoa com deficiência, conforme define a Organização das Nações Unidas (ONU), quando adota o conceito de deficiência promulgado pela Convenção das Pessoas Físicas (ONU, 2007, p.22), onde a deficiência é um conceito em evolução, trazendo no art. 1º a seguinte conceituação:

“Art 1º Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (ONU, 2007, p. 26).”

Esta conceituação também está exarada na Lei Federal nº 13.146/2015, no seu art. 2º da seguinte forma:

“Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. ”

Neste sentido, o vereador estou apresenta a proposição, que representa uma medida simples, porém significativa, pois o símbolo não tem apenas o caráter informativo, mas principalmente visa a inclusão social, promovendo a sensibilização e o respeito pelos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Down (SD), proporcionando um ambiente mais inclusivo e acolhedor nos estabelecimentos de ensino.

II - ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

Em primeiro lugar, é importante lembrar que pessoas com Autismo e pessoas com Síndrome de Down possuem uma condição heterogênea, sendo cada pessoa única. O uso dos símbolos pode perpetuar a ideia de que todas as pessoas com essas deficiências são iguais e compartilham as mesmas características, o que não é verdade.

Além disso, a inclusão dos símbolos nos uniformes pode criar uma etiqueta ou um rótulo para esses estudantes, o que pode levar a estigmatização e discriminação. É importante lembrar que as pessoas com autismo e SD são indivíduos com direitos e necessidades próprias, e não devem ser reduzidas a um símbolo ou uma etiqueta. Inclusive a Lei 13146 de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão traz a seguinte redação:

Art. 2º-A. É instituído o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas.

§ 1º O uso do símbolo de que trata o **caput** deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei.

§ 2º A utilização do símbolo de que trata o **caput** deste artigo não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, caso seja solicitado pelo atendente ou pela autoridade competente.

Outra preocupação é que a medida possa não ser eficaz em promover a conscientização e a inclusão. Em vez de focar em símbolos ou etiquetas, é importante investir em programas e iniciativas que promovam a educação e a conscientização sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

Por fim, é importante lembrar que a decisão de incluir esses símbolos nos uniformes deve ser tomada em consulta com as famílias e os próprios estudantes. É fundamental respeitar a autonomia e a privacidade desses indivíduos e não impor uma medida que possa não ser bem-vinda ou que possa ter consequências negativas.

Em resumo, embora a intenção seja boa, acreditamos que a inclusão do símbolo mundial do autismo e da Síndrome de Down nos uniformes dos estudantes matriculados na rede municipal de Balneário Camboriú não é a melhor abordagem para promover a conscientização e a inclusão. A proposta de lei tem uma intenção positiva ao buscar mais conscientização e valorização da diversidade nas escolas. No entanto, para que a inclusão do símbolo realmente faça diferença, é essencial que venha acompanhado de medidas concretas e políticas de apoio à educação inclusiva. O sucesso dessa iniciativa depende da conexão entre o gesto simbólico e ações práticas que atendem de fato às necessidades dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Down (SD), garantindo que o símbolo seja um agente de transformação e não apenas um detalhe decorativo.

O projeto propõe incluir símbolos de conscientização sobre o TEA e a SD nos uniformes dos estudantes de Balneário Camboriú, com o objetivo de promover a inclusão, o respeito e dar mais visibilidade à neurodiversidade. No entanto, esta proposta levanta questões importantes, como o risco de estigmatização, rotulagem e questões de privacidade.

III - CONCLUSÃO E VOTO DAS RELATORAS

Por esses motivos, nosso posicionamento é **contrário** ao uso do símbolo mundial do autismo e da Síndrome de Down, nos uniformes dos estudantes matriculados na rede municipal de Balneário Camboriú.

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada no dia 25/02/2025, deliberou pela aprovação deste parecer, conforme os argumentos apresentados.

Professora Dayane Regina Masselai

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Mary Léa Rodrigues Blini

Simone Hermes dos Santos Almeida

Suelen Mateus Albini da Silva.

Reladoras